



**ABBI**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE BIOINOVAÇÃO

# NEWSLETTER ABBI

**MARÇO**  
**2024**

Informe da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) com as principais ações realizadas pela entidade no Brasil e no mundo tendo em vista o incentivo e a promoção da bioeconomia avançada e do desenvolvimento econômico sustentável.

Coro pela aprovação urgente do PL do Mercado de Carbono



Agenda Legislativa da Indústria inclui propostas da ABBI



ABBI contribui para atuação do Brasil em fóruns internacionais



Atuação na construção legislativa



ABBI colabora com o plano Nova Indústria Brasil



Cooperação Brasil-Argentina em Biotecnologia



Senado promove audiência sobre edição genética



Mulheres que fazem a bioeconomia



Associadas traçam estratégias de atuação para 2024



# Coro pela aprovação urgente do PL do Mercado de Carbono

*Associação defende análise célere da proposta pelo Senado Federal e pontos-chave para transações com segurança jurídica*

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) colocou em curso estratégia destinada a reforçar os apelos pela aprovação do PL do Mercado de Carbono, atualmente em análise pelo Senado Federal. Somente nos primeiros três meses do ano, a entidade publicou artigo no portal Jota ressaltando a urgência que pesa sobre a proposta; participou de seminário internacional no Palácio do Planalto destinado a debater o projeto; e levou propostas para estímulo à bioeconomia e à bioinovação a reunião sobre o tema promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

No texto de opinião publicado no portal Jota, o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda, defende que o mercado regulado de carbono, com lastro, transparência e segurança jurídica, auxiliará ao país efetivar o processo

de descarbonização de sua produção com a garantia de que as emissões de gases de efeito estufa serão, de fato, reduzidas e/ou compensadas com ações reais de reflorestamento e a adoção de energias limpas. Isso ganha ainda mais importância frente ao compromisso internacional do país, firmado no Acordo de Paris, de zerar suas emissões até 2050.

Segundo ele, entre os avanços alcançados pela proposta, “há a expressa proibição de dupla regulação, evitando que o mesmo setor seja regulado por leis diferentes, o que dará segurança jurídica e a participação do mercado voluntário nas compensações das emissões pelo setor regulado”. Leia o artigo em (<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/mercado-de-carbono-regulacao-no-brasil-e-inadiavel-02032024>).



## Debate público

Em Brasília, o especialista em descarbonização da ABBI, Tiago Giuliani, representou a entidade no Seminário Internacional Sobre Regulamentação do Mercado Brasileiro de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa, em fevereiro, no Palácio do Planalto. Ele defendeu que os recursos arrecadados com a venda de certificados de captura e emissão de carbono devem ser destinados, prioritariamente, a projetos e ações de descarbonização, e não podem ser parte de uma política meramente arrecadatória.

As propostas também foram apresentadas na 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mercado Regulado de Carbono, do MDIC em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o CEBDS. No encontro, Giuliani sistematizou os pontos necessários a uma regulamentação eficiente do mercado em quatro pontos.

São eles a tributação clara e estável para Créditos de Descarbonização, alinhada à alíquota de 15% aplicada aos Créditos de Descarbonização (CBios), garantindo transparência fiscal; a regulação dos ativos do Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), fortalecendo a confiança dos investidores e a integridade das operações; a inclusão de mecanismos de ajuste de fronteira, com objetivo de trazer tratamento igualitário aos produtos importados; e o ajuste no valor das multas, trazendo o princípio da proporcionalidade e reduzindo os custos de implantação da nova política aos setores regulados.



# Agenda Legislativa da Indústria inclui propostas da ABBI



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## *Mercado de Carbono, Combustível do Futuro e Bioinsumos fazem parte da lista de prioridades do setor produtivo*

A Agenda Legislativa da Indústria de 2024 teve incluídas propostas da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) para incentivo à indústria verde e o desenvolvimento econômico sustentável. O material é elaborado anualmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e foi apresentado no Congresso em 19 de março. O compilado inclui os projetos prioritários e as pautas mais relevantes para o setor produtivo brasileiro.

Integrante dos grupos de trabalho destinados a priorizar os temas da Agenda, a ABBI obteve a inclusão de sugestões como: Mercado de Carbono, Combustível do Futuro, Marco Legal de Bioinsumos e propostas que pretendem alterar a Lei da Biodiversidade e a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

“A ABBI entende que o cenário atual, nacional e internacional, impulsiona pro-

jetos ligados à mitigação das mudanças climáticas e ao combate ao aumento da temperatura global. A bioeconomia ocupa papel relevante nesse processo e traz soluções para a descarbonização e a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável que dependem da aprovação de propostas legislativas de extrema relevância”, explica o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.

Segundo a CNI, além dos projetos ligados à economia verde, as prioridades da entidade incluem a regulamentação da reforma tributária, aprovada em 2023. A ABBI foi convidada pelo Ministério da Fazenda para colaborar com a construção dos anteprojetos de lei que regulamentarão a proposta. A entidade defende normas que estimulem a baixa emissão de carbono, o desenvolvimento tecnológico e a bioinovação.

# ABBI contribui para atuação do Brasil em fóruns internacionais



**Associação compõe grupos ligados ao G20 e à COP16 e auxilia o Poder Executivo na construção de proposta para o setor**

## G20

Na contagem regressiva para a reunião do G20, que ocorrerá em novembro, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) tem auxiliado o país na construção de propostas para o aperfeiçoamento e estímulo à bioeconomia que serão levadas ao encontro. A entidade vem contribuindo ativamente para a Iniciativa de Bioeconomia do G20 e compõe a Força Tarefa de Transição Energética e Clima do B20, fórum dedicado ao setor privado, duas arenas de destaque do G20. O presidente executivo da ABBI, Thiago Falda, e o especialista em descarbonização, Tiago Giuliani, têm representado a associação nesses debates.

No âmbito da Iniciativa de Bioeconomia, a ABBI participou dos dois encontros destinados a coletar subsídios do terceiro setor, academia e órgãos governamentais, para inspirar o posicionamento do Brasil no G20. Nas reuniões, a associação tem des-

tacado as características únicas do Brasil em bioeconomia, ressaltando que a implementação de novas rotas tecnológicas tem o potencial para gerar mais de US\$ 500 bilhões em receitas anuais no Brasil até 2050 e a remoção de mais de 29 gigatoneladas, o equivalente a cerca de 200 milhões de hectares de floresta nativa, no mesmo período, a partir de um investimento estimado de cerca de US\$ 250 bilhões.

A atuação da ABBI tem se concentrado em três propostas: a criação de mercado para os produtos derivados da bioeconomia, facilitando o comércio e a cooperação entre os países; investimentos em capacitação e transferência de tecnologia entre os países, estimulando a pesquisa e a inovação na bioeconomia; a criação de restrições à imposição de barreiras não-tarifárias que dificultem o acesso dos produtos da bioeconomia no mercado global.

## B20

Já no B20, o trabalho da ABBI e dos demais integrantes do setor privado colegiado será o de apresentar sugestões de políticas públicas aos ministros de finanças e presidentes dos bancos centrais das principais economias do mundo. “A Associação, alinhada com a ino-

vação e o desenvolvimento econômico sustentável, participa do B20 Brasil contribuindo para agendas que promovam avanços científicos e tecnológicos no cenário brasileiro e global e os debates sobre bioinovação, descarbonização e nova economia”, destaca Falda.

## COP16

Além dos fóruns ligados ao G20, a ABBI tem voltado baterias para a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP16), que ocorrerá na Colômbia, de 21 de outubro a 1º de novembro. Durante o evento, haverá ainda a 11ª reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e a 5ª reunião das Partes do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios.

O Grupo de Trabalho de Biodiversidade da ABBI tem coordenado junto às associadas a construção de uma proposta de posicionamento institucional para contribuir com o governo brasileiro. Além disso a entidade tem trabalhado na organização da delegação de associados dentro da representação brasileira. O trabalho tem sido



coordenado pela diretora jurídica da ABBI, Luiza Ribeiro **(na foto, ao centro)**.

Cabe destacar que **a associação é a única entidade do setor privado brasileira que foi indicada pelo Itamaraty para participar dos debates do grupo** informal ou AIG DSI (Digital Sequence Information, na sigla em inglês), que discute o uso de informações de origem genética na legislação internacional de biodiversidade. O grupo foi criado no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica da ONU (CDB) e reúne representantes de governos, academia e setor empresarial de todo o mundo.

**Artigo publicado na quarta-feira (27/3), no Valor Econômico**, a ABBI aborda a presidência do Brasil no G20 e a oportunidade de o país assumir a liderança global na bioeconomia. Assinado pelo presidente-executivo da ABBI, Thiago Falda, o texto elenca prioridades para discussão no fórum, como a remoção das barreiras à entrada de produtos ligados à bioeconomia, especialmente as impostas pela Europa. “Essas barreiras protecionistas, disfarçadas por justificativas frágeis do ponto de vista ambiental e sanitário, minam os esforços globais para mitigar as mudanças climáticas, especialmente no ano mais quente já registrado no planeta Terra”, escreve Falda. **Acesse aqui o Artigo.**

A screenshot of a web browser displaying a news article. The browser's address bar shows 'Menu' and 'Buscar'. The page header includes the logo 'Valor' and the word 'Opinião'. The main headline reads 'G20: A hora do Brasil assumir a liderança global da bioeconomia'. Below the headline is a sub-headline: 'É dever do país assumir sua liderança natural na nova economia verde'. The author is listed as 'Por Thiago Falda' with a date of '26/03/2024 14h11 - Atualizado 27/03/2024'. There is a small image of a hand holding a green plant. The article text begins with 'O G20, composto pelas principais economias do mundo, desempenha papel crucial na discussão de desafios globais que abordam desde desigualdades sociais e economia até questões ambientais, entre outros. Sob a presidência do Brasil até o fim do ano, o plano de trabalho do G20 trouxe algo inédito: uma Iniciativa sobre bioeconomia. Os holofotes direcionados sobre o setor demonstram que o país almeja influenciar a agenda'.

# Atuação na construção legislativa

## ***ABBI colabora com o aperfeiçoamento de projetos do Combustível do Futuro e de regulamentação de pontos da reforma tributária***

A Câmara dos Deputados aprovou, na primeira quinzena de março, o projeto de lei do Combustível do Futuro, marco histórico para os biocombustíveis no Brasil. A proposta é fruto de iniciativa do Poder Executivo, por meio do programa Combustível do Futuro, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia, com participação da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) e outras entidades representativas do setor. O texto aprovado foi elaborado pelo relator, deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), e ainda deve passar por aperfeiçoamentos no Senado Federal.

Para a ABBI, o PL do Combustível do Futuro é imprescindível para a transição energética e a descarbonização da produção brasileira. O texto prevê uma série de medidas para redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de combustíveis. A entidade, inclusive, assinou

manifesto em conjunto com outras entidades, em apoio à aprovação do relatório de Jardim e produziu nota técnica destinada a subsidiar o aperfeiçoamento da proposta.

No âmbito do Senado, a ABBI buscará aprimoramentos pontuais no texto, visando aumentar a aplicação de recursos de royalties do petróleo em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de biocombustíveis e bioenergia, além de maior segurança para a criação de mercado para os combustíveis sustentáveis de aviação (SAF). “O eixo central da proposta é importantíssimo para fortalecer o Brasil de forma estratégica na nova economia, com baixa emissão de carbono e matrizes energéticas limpas. A proposta é vital para que o Brasil consiga cumprir suas metas acordadas para neutralizar as emissões de carbono até 2050”, aponta o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.



**“O eixo central da proposta é importantíssimo para fortalecer o Brasil de forma estratégica na nova economia, com baixa emissão de carbono e matrizes energéticas limpas. A proposta é vital para que o Brasil consiga cumprir suas metas acordadas para neutralizar as emissões de carbono até 2050”**

**THIAGO FALDA**

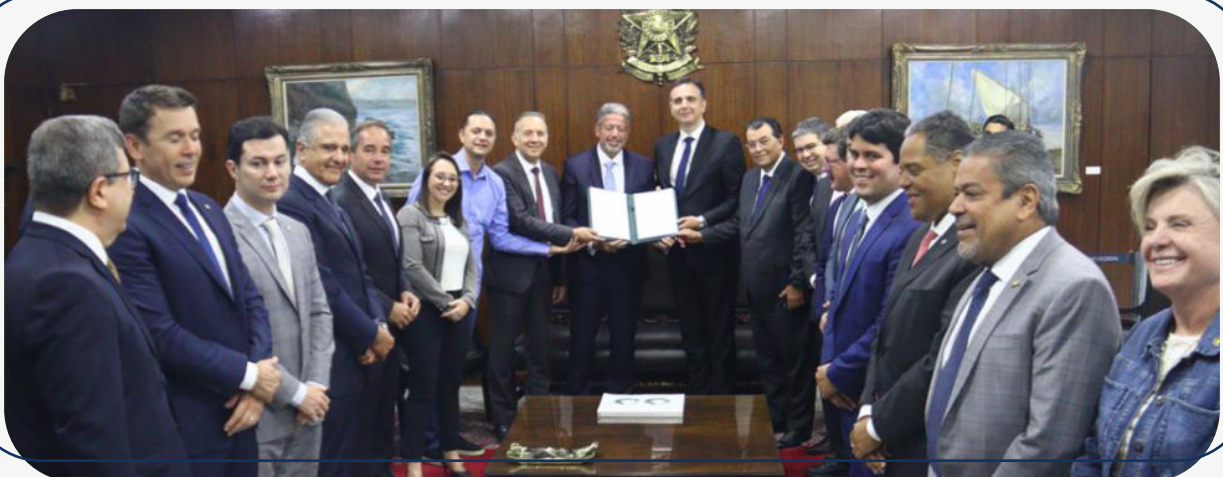
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABBI

## Reforma tributária

A ABBI foi convidada pelo Ministério da Fazenda a colaborar na construção dos anteprojetos de lei que regulamentarão a Reforma Tributária. A entidade defende que as normas estimulem a baixa emissão de carbono, o desenvolvimento tecnológico e a bioinovação. Para o presidente da Associação, Thiago Falda, “não há mais como pensar em políticas públicas que não sejam atreladas a medidas direcionadas ao desenvolvimento social e econômico sustentável”. Um dos focos da ABBI segue sendo o direcionamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) projetos que prevejam ações de preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico sustentável. A medida tem po-

tencial de descentralizar a bioeconomia, com valorização das vocações regionais, e promover a reintegração e consolidação de novas cadeias produtivas. “Isso possibilitará a produção de produtos de alto valor agregado, impulsionando o desenvolvimento sustentável e reduzindo as desigualdades regionais e sociais, objetivo do Fundo”, complementa Falda.

A ABBI também propões que não haja a incidência do imposto seletivo sobre produtos inovadores oriundos de recursos biológicos e renováveis, sobre matérias-primas, produtos e atividades relacionadas à economia verde, bioinovação e desenvolvimento tecnológico e aos organismos geneticamente modificados (OGMs).



Marina Ramos/Câmara dos Deputados



# ABBI colabora com o plano Nova Indústria Brasil

*Entidade coordena GT de bioindústria de programa que prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos até 2026*



A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou do lançamento e da elaboração do Nova Indústria Brasil, plano do governo federal que prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos no setor industrial até 2026. O programa foi anunciado no fim de janeiro. A iniciativa tem como objetivo estimular o desenvolvimento do país por meio de estímulos à inovação e à sustentabilidade em áreas estratégicas de investimentos, como o setor de biocombustíveis, biocosméticos e bioinsumos.

O plano contempla 6 missões ligadas à indústria, definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do qual a ABBI faz parte como coordenadora, ao lado do Mdic, do GT Bioindústria. O grupo atuou na construção da missão 5: Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras. “A ABBI teve a honra de colaborar com a elaboração do Plano. Acreditamos no aprimoramento contínuo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da indústria brasileira como chave para colocar o Brasil na dianteira da

nova economia”, explica o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.

Dentro da missão 5, há metas aspiracionais estabelecidas para 2033, como reduzir em 30% a emissão de CO2 por valor adicionado do PIB da indústria; ampliar em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes e aumentar o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em 1% ao ano.

O Plano Nova Indústria Brasil também estabelece desafios para cada uma das missões. No caso da bioeconomia, descarbonização e transição energética, eles são: ampliar parcerias entre academia, setor privado e fundos internacionais para pesquisa aplicada; incentivar a inovação tecnológica com foco na descarbonização; estimular a qualificação profissional com foco nos setores da bioeconomia e transição e eficiência energética; regulamentar as compras governamentais com foco na bioindústria; promover a nacionalização de produção de equipamentos voltados à geração de energia renovável; e desenvolver as rotas tecnológicas “verdes”.

# Cooperação Brasil-Argentina em Biotecnologia

***ABBI integra reunião estratégica entre os dois países para discussão de acordo sobre produtos biotecnológicos***

O diretor de Assuntos Científicos e Regulatórios da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), Marcos Pupin, foi um dos representantes brasileiros em reunião estratégica na ExpoAgro Edição 2024. O evento aconteceu na cidade de San Nicolás (Argentina), entre 5 e 8 março. No encontro, foi discutida a Autorização Conjunta de Avaliação do Acordo Argentina-Brasil de Produtos Biotecnológicos.

O acordo tem como objetivo estabelecer procedimentos internos em ambos os países para recepção, avaliação e autorização conjunta de produtos de origem biotecnológica, entre as agências reguladoras de ambos os países, ou seja, a Comissão Consultiva Nacional de Biotecnologia Agrícola da Argentina (Conabia) e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Como objetivos principais, estão a redução das assincronias nas autorizações; a promoção de desenvolvimentos locais; e o fortalecimento da aliança estratégica dos países nos mercados de exportação que envolvam a biotecnologia.

A reunião contou com a presença, pelo governo da Argentina, do secretário de Bioeconomia, Fernando Villela; do subsecretário de Alimentos, Bioeconomia e Desenvolvimento Regional, Pablo Nardone; Facundo Simeone e Perla Godoy, representantes da Direção Nacional de Bioeconomia; Andrés

Maggi, do Servicio Nacional de Salud y Calidad Agroalimentaria (Senasa); Gabriela Levitus, da Argenbio; Fabiana Malacarne da Asociación Semilleros Argentinos (ASA); e demais autoridades.

## ***CGEN, em Brasília***

Além da reunião na Argentina, na mesma semana, a ABBI levou propostas do setor à 36ª Reunião do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em Brasília.

O presidente executivo da ABBI, Thiago Falda, participou da reunião acompanhado da assessora jurídica da entidade, Luiza Ribeiro. Falda é Conselheiro Titular do CGEN em vaga da CNI, em vaga da Confederação Nacional da Indústria. Entre as pautas discutidas, destaque para a análise e deliberação sobre a proposta que criou a Câmara Temática de Estímulo à Bioeconomia do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado.

O Presidente da ABBI aproveitou a sessão para contribuir com esclarecimentos acerca da origem e forma de funcionamento dos bancos de dados digitais com sequências genéticas, defendendo o livre acesso aos acervos para promoção da pesquisa e, principalmente, da inovação.



# Senado promove audiência sobre edição genética



Geraldo Magela/Agência Senado

## Debate abordou resolução sobre técnicas inovadoras de melhoramento de precisão

Especialistas defenderam a participação pública e a transparência nos processos vinculados à ciência, tecnologia, informação, biossegurança e edição genética, durante audiência pública interativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado. O encontro debateu os desdobramentos da Assembleia Cidadã Brasileira sobre Edição Genética, no fim de fevereiro.

Realizada desde o ano passado, a assembleia é parte de um movimento internacional que reúne representantes de diversos setores para discussão de controvérsias, sugestões de políticas públicas e ações de regulação. O objetivo é elaborar um conjunto de recomendações a serem encaminhadas às autoridades competentes no tema de cada grupo de discussão.

No caso das técnicas de edição gênica, o procedimento está revolucionando a biotecnologia, consistindo em ferramen-

tas-chave para enfrentar grandes desafios da humanidade. O Brasil, inclusive, foi um dos primeiros países do mundo a regulamentar o tema, por meio da Resolução Normativa 16/2018 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O debate teve a participação do professor da Universidade Estadual de Londrina e integrante da CTNBio, Galdino Andrade Filho; e do pesquisador da Embrapa Cenargen, Eduardo Romano; entre outros.

Galdino esclareceu que a Resolução Normativa 16/2018 simplifica o processo de liberação, o que está permitindo um grande progresso das biotechs no Brasil. Hoje, centenas de novas empresas brasileiras, inclusive startups de universidades e de centros de pesquisas, estão trabalhando com a edição genética e submetendo produtos à CTNBio para serem avaliados.

Com informações da Agência Senado

# Boas Práticas Regulatórias

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) **colaborou com a consulta pública aberta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) para elaboração da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias**. As sugestões apresentadas pela ABBI incluem medidas e diretrizes para ampliar a eficácia da regulação e otimizar o custo-efetividade das normas, além de contribuir para estimular a inovação e o aumento da competitividade.

Fazem parte da lista: atuação baseada no risco sanitário, coerência e convergência regulatória, desburocratização, celeridade e simplificação administrativa e benchmarking internacional. Ademais, as contribuições foram voltadas, principalmente, para a busca de simplificação dos processos, centralização de consulta de obrigações regulatórias e incentivo à inovação.

gov.br

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

O que você procura?

Assuntos > Notícias > 2024 > Fevereiro > MDIC lança consulta pública sobre Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias

PRÁTICAS REGULATÓRIAS

## MDIC lança consulta pública sobre Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias

Este é mais um passo na promoção da melhoria das normas, a qual destrava investimentos, reduz custos e promove o crescimento econômico; sociedade pode contribuir pelos próximos 30 dias

Publicado em 02/02/2024 14h44

Compartilhe: f X in

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta sexta-feira (2/2) uma consulta pública com o objetivo de coletar contribuições para a elaboração da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias. Esse é mais um passo para o compromisso do governo com a melhoria das normas que impactam setor privado, cidadãos e a própria administração pública, buscando o equilíbrio entre o interesse público, e a promoção da inovação, o crescimento econômico e a competitividade.

Como parte desse esforço, o governo já havia reinstaurado, em outubro passado, o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), com o objetivo de democratizar e tornar o processo regulatório federal mais responsivo às demandas sociais.

A proposta da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias, agora em consulta pública, busca estabelecer prioridades, coordenar esforços, alocar recursos de forma eficiente e responder proativamente a desafios e oportunidades. O objetivo é criar uma política de estado de longo prazo. A construção da estratégia é liderada pela Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do MDIC, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A qualidade regulatória é crucial para garantir a segurança e eficácia de produtos e serviços — desde a saúde até os setores financeiro, ambiental e industrial. Regras bem elaboradas aumentam a capacidade de ação governamental efetiva a custos menores, aperfeiçoam a democracia, além de promover a inovação responsável, atrair investimentos, e contribuir para a equidade social, reduzindo desigualdades e protegendo direitos dos cidadãos.

# Mulheres que fazem a bioeconomia

A ABBI promoveu campanha, em alusão ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, destacando a participação relevante de mulheres na construção da bioinovação no Brasil e no mundo. A entidade destacou profissionais que atuam em posições-chave para o aperfeiçoamento do setor.

Os nomes apresentados foram: Cristiane Pigatto, gerente financeira da São Martinho; Cristiana Xavier de Brito, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Basf para a América do Sul; Deia Vilela, diretora da divisão de Health & Biosciences, da IFF para a América Latina; e Juliana Marcolino Gomes, gerente de Pesquisa e Inovação da Biotrop.

Também fizeram parte da lista Márcia Alves, relações institucionais da BRF; Mariana Orsini, diretora de Relações Governamentais Brasil e Políticas Públicas América Latina da Dow; Natalia Ferreira, diretora geral da Oxitec do Brasil Ltda.; Selma Barbosa Jaconis, gerente de Novos Negócios da Suzano; Viviane Serpa Muller, gerente global de Inovação da Leaf by Lesaffre; e Zenaide Guerra, diretora de Comunicação da dsm-firmenich para as Américas.



## As mulheres que estão fazendo história na bioeconomia do Brasil




**Mariana Orsini**  
Diretora de Relações Governamentais Brasil e Políticas Públicas América Latina da Dow

Entusiasta da inclusão e diversidade, também é membro do Conselho Fiscal da Associação Mulheres em Negócios Governamentais e mentora do "Mulheres de Impacto", comprometida em promover um ambiente de confiança e com oportunidades para mulheres.




**Cristiane Pigatto**  
Gerente Financeira da São Martinho

Administradora com especialização em Finanças, Cristiane lidera a estratégia financeira da São Martinho, que inclui investimentos em atividades com características socioambientais positivas para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.




**Zenaide Guerra**  
Diretora de Comunicação da dsm-firmenich para as Américas

Advogada, soma experiências como advogada internacional, relações governamentais, comunicadora e executiva. É responsável pelo planejamento de crises e relacionamento construtivo com stakeholders dedicando às questões corporativas de governança sustentável e ética na dsm-firmenich para as Américas. Integra a Comissão de Bioética e Bioética da CAB. Se dedica com temas como bioética e segurança alimentar como diretora fundadora da primeira infância.




**Juliana Marcolino Gomes**  
Gerente de Pesquisa e Inovação na Biotrop

Bióloga, Mestre e Doutora em Genética e Biologia Molecular, Gerencia a equipe da Biotrop responsável por pesquisas na área da microbiologia agrícola e extratos biológicos, contribuindo para a inovação, sustentabilidade e rentabilidade no Agronegócio.




**Natalia Ferreira**  
Diretora Geral da Oxitec do Brasil Ltda

PhD em Genética e Biologia Molecular, responsável por gerenciar as operações da Oxitec no Brasil, incluindo transferência de tecnologia, produção, implantação em campo, assuntos regulatórios e governamentais, além de lançar comercialmente o primeiro produto da companhia, o Aedes do Bem™.




**Deia Vilela**  
Diretora da divisão de Health & Biosciences da IFF para a América Latina

Deia lidera uma equipe de especialistas em biotecnologia, com foco no desenvolvimento de novos mercados e novas aplicações para alimentos, probióticos, cosméticos, nutrição animal, biotecnologia e mercados industriais.




**Márcia Alves**  
Relações Institucionais BRF

Membro do time de RIC da BRF responsável pela relação com os órgãos do Poder Executivo e Legislativo Federal, representação em entidades setoriais.




**Selma Barbosa Jaconis**  
Gerente de Novos Negócios da Suzano

Eng. Química, PhD Technology Biotecnology possui o título de pesquisadora em inovação pelo IFRJ, MSc em Palmiras pelo IFF. Atua em empresas químicas e petroquímicas por 34 anos e há 5 anos atua como Gerente de Novos Negócios na Suzano. Atuando a Bioeconomia da empresa no desenvolvimento de produtos de base renovável, com o propósito de renovar a vida a partir da natureza.



# Associadas traçam estratégias de atuação para 2024



## Reunião de planejamento elenca prioridades e celebra adesão do escritório de advocacia Marinello como colaborador

A ABBI e seus associados reuniram-se em fevereiro, em São Paulo, para definir o planejamento estratégico da associação para 2024. O objetivo é direcionar os esforços em torno da construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento da bioinovação e da bioeconomia no Brasil, além do fortalecimento da indústria brasileira por meio de vocações como biodiversidade, biomassa e bioenergia.

Neste ano, as ações da ABBI serão direcionadas para os seguintes temas: 1) Competitividade para inovação, como a Nova Indústria Brasil e linhas de investimento; 2) Sustentabilidade e descarbonização, como o Mercado de Carbono e transição energética; 3) Regulações para a inovação; 4) Fóruns internacionais, como o G20, a COP 30, que acontece no Brasil em 2025, e a COP 16 da Biodiversidade, que será este ano, na Colômbia; 5) Novas tecnologias, e 6) Proteínas alternativas.

### Adesão

A ABBI celebrou, durante a reunião de planejamento estratégico, a chegada de mais um associado colaborador: o Marinello Advogados, especializado em temas de propriedade intelectual, aspectos legais da bioeconomia e inovação. O escritório tem histórico de atuação e expertise em temas que perpassam a atuação da ABBI para o avanço da bioinovação em nosso país. Questões como patentes, marcas,

franquias, biotecnologia, biodiversidade, acesso ao patrimônio genético, assuntos regulatórios, transferência de tecnologia, marco legal da ciência e inovação e mercado de carbono, tanto no aspecto consultivo, como contencioso.

### Parcerias com eventos setoriais

Tendo em vista o compromisso de contribuir com as discussões envolvendo áreas transversais à bioinovação, a ABBI apoiou eventos organizados pela Associação Brasileira do Biogás (Abiogás) e pela BioSummit, nos primeiros três meses do ano. Os seminários debateram biogás e biometano; e o setor de bioinsumos na América Latina, respectivamente.

A ABiogás, entidade parceira institucional da ABBI, realizou o Circuito Biogás nos estados em Curitiba, em 19 de março. A iniciativa tem como objetivo explorar as particularidades e oportunidades do biogás e do biometano e maximizar o aproveitamento de todo o seu potencial. Já a programação do BioSummit 2024, que ocorrerá entre 28 e 29 de maio, concentrará especialistas no mercado de insumos biológicos agrícolas em Campinas (SP). O evento é o principal de bioinsumos da América Latina.



# Expediente

## Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)

**Thiago Falda** - Presidente Executivo  
**Antonio Marcos Pupin** - Diretor de Assuntos Regulatórios & Científicos  
**Edgar Domingues** - Estagiário de Relações Governamentais  
**Luiza Ribeiro** - Assessora Jurídica  
**Milena Magalhães** - Analista de Assuntos Regulatórios  
**Monique Santos** - Auxiliar Administrativa  
**Sara Góis** - Assistente Executiva  
**Taís Mendes** - Gerente de Relações Governamentais e Comunicação  
**Tiago Quintela Giuliani** - Assessor de Sustentabilidade e Descarbonização

## LDI Comunicação

**Edição:** Ivan lunes // **Textos:** Adriana Caitano, Ivan lunes e Renan Viegas // **Projeto gráfico:** Pedro Lino



# ABBI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE BIOINOVAÇÃO